

CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.*

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Plan Brasil

Sem recessão

As notícias sobre iminente acordo entre o Brasil e os credores internacionais, no sentido do reescalonamento da dívida e liberação de dinheiro novo para aliviar os encargos respectivos, são bastante satisfatórias. Há perspectiva concreta de que esse problema poderá estar resolvido no prazo de uma semana, tempo considerado suficiente para a remoção dos últimos obstáculos à celebração do entendimento. De fato, não há pendências estratégicas capazes de colocar algum impasse nas negociações, na medida em que o Brasil comparece às atuais conversações em Washington depois de oferecer o testemunho de sua decisão de normalizar a economia nacional.

Nesse sentido, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, levou para os Estados Unidos o esboço final das medidas que pretende colocar imediatamente em vigor para liberalizar a economia do País. Trata-se, na verdade, de uma reformulação estrutural da política econômico-financeira, com passagem pela desburocratização dos controles oficiais sobre as exportações, suspensão das restrições às importações, eliminação de qualquer tutela sobre a flutuação dos preços, fixação de reajustes salariais por meio da negociação direta entre patrões e empregados, enfim, a prática da economia de mercado em sua expressão integral.

Espera-se, igualmente, que a nova estratégia acelere o processo de privatização, de modo que o Estado reflua à sua prerrogati-

va institucional de regular as relações mercantis, sem intervir no domínio econômico por meio do exercício de atividades reservadas à livre iniciativa. Também desejável seria que a reforma impusesse algum desestímulo à especulação financeira, por meio de maior gravação fiscal nos ganhos nessa área, para aumentar a liquidez das contas públicas comprometidas por um déficit que hoje transcende à casa dos setenta trilhões de cruzados.

É evidente — ou, pelo menos, deveria ser — que os negociadores brasileiros não acenam aos credores com um comportamento subalterno, mas pretendem convencê-los de que o Governo comprehende a natureza e extensão da crise econômica interna e pretende superá-la sem agredir os valores da economia de mercado. Tal atitude deverá demolir muitos preconceitos em relação ao Brasil, geralmente visto como a pátria do intervencionismo estatal.

Fundamental, contudo, é que tais demonstrações não cedam ao desejo de certos setores da economia internacional, com principal assento no Fundo Monetário, de empurrar o Brasil para a recessão econômica. Semelhante alternativa significaria a instalação do caos, pois agrilhado a gravíssimos problemas sociais, entre os quais releva a marginalização econômica de um terço de sua população, o País resvalaria pela rampa inclinada da explosão social.